



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 09 DE
JANEIRO DE 2020**

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Antes de se dar início ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada posse aos elementos do Conselho Alargado de Segurança de Oliveira do Bairro do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro, representantes de associações do Conselho, representante do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, representante de uma escola de cariz privado no caso em concreto foi eleito o IPB e representante da ACIB, que se encontravam presentes para o efeito.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

O Presidente da Câmara, informou que em momento oportuno, se iria ausentar da reunião, pelo facto de poder estar presente em representação do Município, nas cerimónias fúnebres do Professor Doutor Milton Costa e os trabalhos passarão a ser presididos pelo Vice-Presidente Jorge Pato.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, as Vereadoras Lília Ana Águas, Susana Martins e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

O Presidente da Câmara deu nota que o Município estava a fazer a transição da plataforma POCAL para a plataforma SNC-AP, sendo natural que durante alguns dias possa existir algum constrangimento contabilístico e consequentemente dificuldade em efetuar pagamentos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Álvaro Ferreira** pretendeu deixar uma nota de pesar pelo falecimento do Professor Doutor Milton Costa, uma figura impar e singular do Concelho, tendo a certeza que o Município iria perpetuar essa memória de alguém ilustre do Concelho de Oliveira do Bairro.

Reportando-se à incubadora de empresas, questionou qual era o ponto de situação, que tipo de avaliação existia, que tipo de empresas existiam na incubadora, se existia algum grau de sucesso por parte das empresas lá instaladas.....

Sobre o projeto “Sr. Dente” que tinha sido já afluído em reunião de Câmara, questionou se existia algum tipo de constrangimento pelo facto de na comunicação social ter sido feito um anúncio público da iniciativa, onde era dito que era promovida pelo Município e passadas duas semanas saiu outra notícia a dar nota que a iniciativa era promovida pela Unidade de Saúde Pública e que era associada a um conjunto de onze Municípios da região.

O **Vereador António Mota** disse que tem sido abordado de uma forma constante e com algum descontentamento relativamente à higiene das piscinas municipais, essencialmente no que diz respeito aos balneários. Referiu que havia questões de saúde pública, havendo necessidade de algum cuidado.

Reportando-se à questão da colocação de barreiras em Vila Nova, disse que para si era uma falta de consideração e de respeito por quem circula naquela via, a situação não estar devidamente sinalizada.....

Sobre a situação do kartódromo e ao esventramento que tinha sido feito com a abertura da vala, questionou se havia alguma solução para o local ou algum dado novo, uma vez que já se passou algum tempo depois do sucedido.....

O **Vereador Rui Santos** associou-se à nota de pesar deixada pelo Vereador Álvaro Ferreira, pelo falecimento do Professor Doutor Milton Costa, tendo ficado todos muito mais pobres quer a nível do Concelho quer a nível Nacional.

Reportando-se à Rua Cândido dos Reis disse que tinha noção do atraso das marcações da via, devido às condições climáticas, contudo sobre a intervenção no edifício do Café Pataco, questionou se havia algum problema com essa intervenção porque a obra estava praticamente concluída e essa intervenção continuava por resolver.

Sobre as comunidades ciganas existentes no Concelho, disse que lhe tinha sido transmitido que o número de barracas estava a aumentar e nesse sentido questionou se era feita alguma monitorização nos vários acampamentos.

Disse verificar com alguma satisfação a existência de trabalhadores, nas Juntas de Freguesia de Oliveira do Bairro e Oia, trabalhadores de etnia cigana há já alguns meses, devendo também essas situações monitorizadas e valorizadas, sendo bons exemplos a seguir. Mais disse ter conhecimento de empresas que têm integrado essas pessoas com sucesso, sugerindo que o Município, dentro das



Oliveira do Bairro câmara municipal

possibilidades que tem, também fizesse algo para que essas comunidades sejam melhor integradas na sociedade.

Questionou se havia alguma avaliação do aproveitamento escolar das crianças de etnia cigana nas escolas do Concelho.

Disse ter reparado que na Freguesia de Oliveira do Bairro, tinham sido realizados trabalhos, pela Junta de Freguesia, nas redes de águas pluviais, nomeadamente a colocação de tubos, a fixação dos mesmos com maciços de cimento e depois o enchimento com materiais de compactação, contudo, entretanto tinham vindo as chuvas e arrastaram tudo. Informou que tinha falado com o Presidente da Junta que lhe respondeu que tinha havido o compromisso da Câmara Municipal de fazer a pavimentação dessas ruas onde tinham intervindo, mas nada foi feito.

Referiu que era uma péssima imagem para os munícipes, porque se destruiu trabalho feito, tem-se novo trabalho em limpar o que tinha sido arrastado para o meio da rua, voltando a refazer o trabalho, questionando o que tinha corrido menos bem nesses trabalhos.....

A **Vereadora Susana Martins** relativamente às limpezas das piscinas, disse que desde o início do corrente ano o Município já tinha uma empresa de limpeza a trabalhar, estando nas piscinas duas funcionárias a trabalhar das dezoito às vinte e três horas diariamente e o serviço de limpeza das oito da manhã até às dezoito era assegurado por duas assistentes operacionais do Município.....

A **Vereadora Lília Ana Águas** reportando-se ao projeto “Sr. Dente” disse saber aquilo que tinha sido divulgado pelo Município ao nível da comunicação social e também tinha tido conhecimento do que tinha sido divulgado para a ARS, da comunicação que é feito do projeto, não lhe parecendo que um entre em contradição com o outro porque o projeto era em parceria com a ARS com os Municípios sendo que a parte do Município de Oliveira do Bairro era tão só e simplesmente pagar a totalidade dos kits a distribuir pelas crianças do Concelho de Oliveira do Bairro.

Sobre as questões sobre os cidadãos de etnia cigana, disse que não havia indicadores de aumento significativo de cidadãos, excepcionando os nascimentos e as situações que se encontram de passagem. Quanto ao aumento de barracas disse desconhecer, até porque esse acompanhamento era feito por técnicos nomeadas da Segurança Social e representados na Santa Casa da Misericórdia, em que é feito o acompanhamento às famílias.

Relativamente ao aproveitamento escolar, disse que também não era a Câmara que fazia esse acompanhamento, até porque também a Câmara não tem competência nessa matéria, sabendo apenas que transitam de ano para ano.

O **Vice-Presidente da Câmara** reportando-se à questão da incubadora de empresas, informou que a mesma atualmente tinha quatro empresas, com previsão de mais uma nos próximos dias. afirmou que ainda não tinha sido obtida a dinâmica desejada, estando a estudar um conjunto de medidas, no sentido de dar um maior incentivo, tornando a incubadora mais visível e mais atrativa, aumentando o



Oliveira do Bairro câmara municipal

número de empresas incubadas.

O **Presidente da Câmara** sobre a questão da rua Cândido dos Reis, informou que a intervenção das pinturas estava na programação e era da responsabilidade do empreiteiro sendo o mesmo que geria a calendarização, sendo que as mesmas estavam suspensas devido às condições climáticas.

Relativamente à intervenção no edifício do Café Pataco, esclareceu que as obras para demolição e reestruturação do espaço, já tinham arrancado em conjunto com a realização dos muros que fazia parte dos acordos de cedências.

Sobre a questão relativa aos cidadãos de etnia cigana e no que toca à empregabilidade dos mesmos, deu conhecimento que o Município também tinha pessoas de etnia com contrato de trabalho, contudo para que os mesmos possam concorrer aos concursos públicos, torna-se difícil porque é exigida escolaridade e alguns deles não têm, sendo que a geração mais jovem já começava a ter a escolaridade mínima.

Reconheceu o trabalho extraordinário realizado pelas Juntas de Freguesia de Oliveira do Bairro e Oiã, na integração de cidadãos de etnia.

No que diz respeito às construções disse que tem sido muito controlado, havendo uma fiscalização apertada por parte do Município para limitar o aparecimento de outros acampamentos, havendo uma colaboração grande com os Presidentes de Junta de Freguesia e de alguns munícipes que vão alertando para as situações. Acrescentou que infelizmente alguns proprietários de terrenos, indo atrás do dinheiro, fazem aquilo que as entidades públicas gostariam de ver regularizadas de outra forma, que não a venda de pinhais e a instalação de acampamentos de etnia cigana.

Sobre as questões dos arranjos da rede de águas pluviais esclareceu que na rua do Recamonde, a obra estava prevista ser feita no mês de abril para que depois o Município colocasse massas quentes, que quando colocadas em temperatura não adequada se desfazem com facilidade. Disse que aquilo que era pedido aos Presidentes de Junta era que façam o máximo trabalho possível até ao mês de setembro, para que a Câmara aplique as massas quentes nas condições adequadas. Reportando-se ao caso em concreto, disse que do que tinha percebido a empresa que prestou o serviço à junta de Freguesia de Oliveira do Bairro tinha atrasado os trabalhos o que destabilizou os trabalhos da Câmara face às programações que já tinham, contudo, os trabalhos já estavam novamente combinados com a Junta de Freguesia, para que assim que as condições climáticas o deixem o trabalho seja realizado. No que diz respeito à sugestão para a colocação da sinalização, em Vila Nova agradeceu a sugestão e referiu que a mesma iria ser colocada.

Sobre a questão do kart clube de Oiã, esclareceu que estava a decorrer um processo no Ministério Público devido ao rasgo que foi feito no local, o Município já foi ouvido há algum tempo atrás, foi enviado pelo Município um valor estimado de danos causados no espaço. Relativamente ao outro processo, esclareceu que o imóvel tinha sido reconhecido como sendo propriedade do Município,



Oliveira do Bairro câmara municipal

tendo havido recentemente um novo desenvolvimento, onde era referido que seria necessário fazer uma nova avaliação ao que existia, estando a aguardar-se os despachos do tribunal para que isso aconteça.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2019.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de novembro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de novembro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 119 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL. ...

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Rui Santos e António Mota.

O Presidente da Câmara recordou que tinham decorrido dois concursos para a criação de bolsas, quer para assistentes operacionais, quer para assistentes técnicos e como tal era necessário prever no orçamento uma verba para ficar alocada para o ano de 2020 destinada às pessoas que o Município venha a contratar no âmbito das referidas bolsas.

Quanto à colocação de assistentes operacionais nas escolas, informou que foram colocados acima do rácio pedido.

O **Vereador Rui Santos** questionou se o valor apresentado surgia pela avaliação realizada, ou se havia já mais algum trabalho realizado nomeadamente no que diz respeito à assunção da delegação de competências.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que o valor previsto era essencialmente para a contratação de assistentes técnicos, face às previsões que tinham, para a preparação dos mesmos, no âmbito da assunção da delegação de competências.

O **Vereador Rui Santos** questionou se iria haver alguma reestruturação interna dos serviços no sentido de acomodar as novas competências que iriam surgir.

O **Presidente da Câmara** referiu que ia nesse sentido de preparar equipas e daí ter-se criado uma bolsa para colocar pessoas nas diversas áreas.

Recordou que a reestruturação orgânica que tem sido feita nos quadros de pessoal do Município, tem sido feita com esse sentido e estavam também a decorrer os concursos para as chefias intermédias,



Oliveira do Bairro câmara municipal

as nomeações que foram efetuadas, por forma a que ficasse tudo muito bem definido aquando da assunção da delegação de competências.

O **Vereador António Mota** referiu que o valor que estava previsto de cem mil euros, não seria para pensar na transferência de competências, porque certamente só essa verba não seria suficiente para pagar ao pessoal que seria necessário contratar para as novas competências.

Disse que o Presidente da Câmara, não poderia contratar pessoal, utilizando a transferência de competências, como argumento, sem saber em cada área, que tipo de pessoal necessita e em sua opinião a verba dos cem mil euros serviria apenas para fazer face à reorganização dos serviços e às novas chefias referidas pelo Presidente da Câmara.

Referiu que estar a invocar a delegação de competências, sem que exista um quadro onde fossem espelhadas as necessidades reais do Município, em termos de pessoal, para si não funcionava como argumento.

O **Presidente da Câmara** esclareceu que desde o mês de abril, estavam nomeadas as chefias, em regime de substituição e como tal a verba já estava contemplada no orçamento e que nada tem a ver com o assunto em discussão.

Mais esclareceu que em resposta ao Vereador Rui Santos disse que caso se venha a ter necessidade em determinadas áreas, haver verba já cabimentada para a contratação do pessoal necessário no âmbito da delegação de competências, ou seja vai-se reestruturando à medida das necessidades.

Acrescentou que já sabia quais eram as necessidades nas diversas áreas, apesar de ainda não se ter assumido as competências.

Afirmou que o valor que se estava a tratar, era essencialmente para as bolsas que foram criadas e que se venha a ter necessidade de integrar pessoas, nomeadamente para ocupar o lugar de um colaborador das escolas que se reforme e que tenha que ser substituído.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 119 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 6 de janeiro de 2020, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, nos exatos termos exarados... ..

PONTO 4 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 120 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADE INTERCATEGORIAS.....

O Presidente da Câmara ausentou-se dos trabalhos, pelos motivos referidos pelo mesmo no início dos trabalhos, solicitando ao Vice-Presidente da Câmara que passasse a presidir à reunião.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas fim de apresentar o assunto e o Vereador Rui Santos.

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que se tratava de uma funcionária que se encontrava a exercer as funções em regime de nomeação, muito antes da delegação de competências na área da



Oliveira do Bairro câmara municipal

educação, pretendendo-se consolidar a carreira.....

O Vereador Rui Santos referiu que o assunto estava devidamente informado para se poder decidir sem qualquer dúvida.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a consolidação da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercategorias, na carreira de Assistente Técnico e categoria de Coordenador Técnico, com a 1.ª posição remuneratória da categoria de coordenador técnico, nível 14 da tabela remuneratória única, correspondente a 1.149,99 € (mil cento e quarenta e nove euros e noventa e nove cêntimos), com efeitos a 1 de janeiro de 2020, da trabalhadora Isabel Augusta Duarte de Almeida, detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.....

PONTO 5 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 121 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – CONSOLIDAÇÃO DE MOBILIDADE INTERCATEGORIAS.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Autorizar a consolidação da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercategorias, na carreira de Assistente Operacional e categoria de Encarregado Operacional, com a 1.ª posição remuneratória da categoria de encarregado operacional, nível 8 da tabela remuneratória única, correspondente a 837,60 € (oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos), com efeitos a 1 de janeiro de 2020, da trabalhadora Selene Maria Marques da Cruz Rodrigues, detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

2.º - Autorizar a consolidação da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercategorias, na carreira de Assistente Operacional e categoria de Encarregado Operacional, com a 1.ª posição remuneratória da categoria de encarregado operacional, nível 8 da tabela remuneratória única, correspondente a 837,60 € (oitocentos e trinta e sete euros e sessenta cêntimos), com efeitos a 1 de janeiro de 2020, da trabalhadora Rosa Maria Almeida de Jesus, detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

PONTO 6 – PROPOSTA DA VEREADORA DA EDUCAÇÃO – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Vice-Presidente da Câmara** referiu que se tratava da designação de representantes do Município no Conselho Feral do Agrupamento de Escolas, que estava devidamente informada estando ao dispor para qualquer esclarecimento.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Rui Santos** questionou qual era a duração do mandato do Conselho Geral do Agrupamento.....

Afirmou que para si não era correto a Vereadora Lília Ana Águas se ter automeado para integrar o referido Conselho, questionando se a proposta apresentada não deveria ter sido feita pelo Presidente da Câmara, por forma a ser mais correto.

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que a proposta efetivamente era sua, contudo quem agendava para reunião de Câmara era o Presidente da Câmara.

Informou que era necessária a representação de três elementos do Município e a responsabilidade era de um pelouro que era seu, naturalmente que a proposta vinha assinada por si.....

Referiu que o mandato tinha a duração de dois anos.

O **Vereador António Mota** disse que dava toda a razão ao Vereador Rui Santos, porque todos os pelouros dos Vereadores o eram também do Presidente da Câmara e por delegação de competências também eram do Vice-Presidente da Câmara, sendo por isso, para si, mais um caso de pretensiosismo que não ficava bem.....

A **Vereadora Lília Ana Águas** disse que não chamaria pretensiosismo, mas sim trabalho.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro, datada de 3 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, de designação dos representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO N.º 01/2020 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – PROPOSTA DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PORTO....

Por se declarar impedido, o Vice-Presidente da Câmara Jorge Pato, nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na discussão e votação do presente assunto.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

A **Vereadora Susana Martins** disse tratar-se de uma parceria entre o Município e a Associação de Voleibol do Porto que tinha mostrado interesse perante o Município.....

Deu nota que tinham sido realizadas reuniões, foi verificado que ambas as entidades tinham benefícios, sendo que por cada oito inscrições o Município tem direito a bolas e kits de voleibol, redes, t-shirts e até mesmo formação dos professores, o Município tem que inscrever os alunos e participar nos torneios organizados pela Associação.....

Esclareceu que na parceria entrava também uma terceira entidade que era o Frei Gil Voleibol Club, para que possa apoiar o Município na organização do torneio do Concelho, que vai ser realizado em



Oliveira do Bairro câmara municipal

data ainda a definir.

O **Vereador António Mota** disse que tudo aquilo que for feito para o desenvolvimento do desporto era importante, contudo era bom que a Vereadora nos finais das épocas desportivas, trouxesse um relatório ao Executivo, a relatar os acontecimentos e os custos, no âmbito dos protocolos que se têm celebrado na área desportiva.

O **Vereador Rui Santos** louvou a iniciativa que na sua opinião poderia trazer frutos, para além do já conseguido pelo Frei Gil Voleibol Clube, reconhecendo que a Associação de Voleibol do Porto em termos competitivos era muito ativa o que era bom para o Concelho e para a modalidade e já tinha também alguma ligação com o Frei Gil Voleibol Clube.

A **Vereadora Susana Martins** relativamente à sugestão de apresentação de um relatório, disse que seria de todo o interesse, que fosse realizado um relatório final de todas as atividades de forma a serem analisadas as parcerias e a evolução da envolvimento dos jovens nas atividades desportivas do Concelho, contudo no final de cada atividade era sempre realizado um relatório de análise da mesma. Esclareceu que o facto de o protocolo ter sido realizado com a Associação de Voleibol do Porto, tinha a ver com o facto de ter sido a associação que tinha procurado o Município e não pelo facto de o Frei Gil Voleibol Clube trabalhar com a associação.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;.....

1.º - Autorizar a parceria entre o Município de Oliveira do Bairro, a Associação de Voleibol do Porto e a Associação Frei Gil Voleibol Clube, nos termos exarados na informação n.º 01/2020 prestada pela Divisão de Educação, Saúde, Ação Social e Idade Maior, datada de 3 de janeiro de 2020, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a minuta do protocolo em anexo à referida informação, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais.....

PONTO 8 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 223|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, a Vereadora Susana Martins e os Vereadores Álvaro Ferreira e António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que se tratava da definição dos prazos para a apresentação das candidaturas por parte das associações do Concelho e decorria do Regulamento de Apoio às Associações em vigor.

O **Vereador Álvaro Ferreira** reportando-se às associações da vertente desportiva, disse que não sabia até que ponto abrir o prazo de entrega de candidaturas para o primeiro trimestre do ano 2020, os clubes conseguiriam pedir apoios para a época desportiva 2019/2020 quando a mesma já estava



Oliveira do Bairro câmara municipal

em curso. Referiu que seria mais viável e de melhor planificação para os clubes que fosse antecipado o momento de pedido de apoio por época desportiva e não por ano civil.

Sugeriu que fosse tida em conta a sua sugestão aquando da alteração do Regulamento de Apoio às Associações.

O **Vereador António Mota** disse concordar com a intervenção do Vereador Álvaro Ferreira até porque dentro dos prazos da entrega da candidatura, a sua análise e atribuição de apoio já se estaria no final da época desportiva.

Afirmou que faria todo o sentido que as candidaturas se reportassem à época seguinte e não à época que estava a decorrer e o acerto de contas era feito mediante o desenvolvimento do ano desportivo anterior.

Referiu que seria bom para o desenvolvimento das associações desportivas, poder dizer-se com aquilo que as mesmas poderiam contar no início da época, de acordo com as candidaturas apresentadas.

A **Vereadora Susana Martins** disse que concordava que era difícil gerir uma associação sem verba, sabendo que o grande bolo de despesa é no início de época desportiva, aquando da inscrição dos jogadores.

Informou que no final de setembro tinha enviado um mail para todos os clubes, a solicitar toda a documentação para que pudesse começar a analisar a mesma e a fazer os respetivos cálculos, porque quanto mais cedo entregarem a documentação mais cedo recebem o apoio, contudo das onze associações desportivas, apenas três tinham apresentado a documentação solicitada.

O **Vereador António Mota** afirmou que também tinha havido muita documentação e muitos mails que tinham desaparecido, tendo sido enviado pelas associações em segunda via, ou seja, houve muita falha de correspondência, logo o defeito não estaria só nas associações que atrasavam a entrega da documentação.

A **Vereadora Susana Martins** confirma que tenha havido essa falha, por questões internas relativas a falha informática do equipamento de quem rececionava a documentação e nesse sentido foi solicitado às associações o reenvio da documentação.

Afirmou que, para que não volte a acontecer, toda a documentação estava a ser guardada em locais seguros.

O **Vereador António Mota** disse admirar o facto de ter sido reconhecida a falha por parte do Município.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes da Informação/Proposta n.º 223|GAP, datada de 3 de janeiro de 2020 que aqui se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte:

1.º - O período de apresentação de candidaturas às Medidas de Apoio ao Desenvolvimento



Oliveira do Bairro câmara municipal

- Associativo Geral” e “Apoio Social” do PAAOB para o ano de 2020:.....
- 1.1. - Início do Período de Apresentação de Candidaturas: 09h do dia 13 de janeiro de 2020;
- 1.2. - Fim do Período de Apresentação de Candidaturas: 16h do dia 31 de março de 2020;
- 2.º - O período de apresentação das candidaturas às Medidas de “Apoio à Atividade Desportiva de Formação” e “Apoio ao Desporto Adaptado” do PAAOB para a época de 2019/2020:
- 2.1. - Início do Período de Apresentação de Candidaturas: 09h do dia 13 de janeiro de 2020;
- 2.2. - Fim do Período de Apresentação de Candidaturas: 16h do dia 31 de março de 2020.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO PROPOSTA N.º 224|GAP – PRESTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA – REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – VALOR DO APOIO GLOBAL PARA 2020.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, a Vereadora Susana Martins e o Vereador António Mota.....

O **Vice-Presidente da Câmara** referiu que se tratava da definição do valor de apoio às Freguesias do Concelho, mantendo-se o mesmo valor atribuído no ano anterior.

O **Vereador António Mota** afirmou que havia algum tipo de obras que não deviam ser executadas pelas Juntas de Freguesia, porque mesmo com o acompanhamento técnico por parte da Câmara Municipal, muitas vezes não corria bem, esbanjando assim dinheiro.

Sugeriu que os serviços técnicos da Câmara acompanhassem de forma mais séria, as obras realizadas pelas Juntas de Freguesia no valor de dezenas de milhares de euros.

O **Vereador Rui Santos** subscreveu o que foi referido pelo Vereador António Mota, quanto ao acompanhamento técnico das obras.

Referiu que as verbas apresentadas não se destinavam apenas à realização de obras e havendo o aumento de custos de mão de obra, de materiais e de combustíveis, questionou se o valor não deveria ter sido atualizado.

O **Vice-Presidente da Câmara** reportando-se à intervenção do Vereador Rui Santos, esclareceu que as Juntas de Freguesia tinham praticamente esgotado a utilização dos materiais e dos meios que lhes foram cedidos e a não atualização dos valores decorria de uma opção política e também não lhe parecia que num ano a variação fosse muito significativa.....

Quanto à questão do Vereador António Mota, disse ter entendido a sua preocupação, contudo a delegação de competências era um facto que não era novo e era a vontade dos Presidentes de Junta para que as obras sejam realizadas, havendo um diálogo constante com o Município e nunca foi negado apoio técnico a nenhum Presidente de Junta, por isso na medida do possível tem-se feito um trabalho de forma a evitar que aconteçam problemas técnicos nas obras a decorrer.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Informação/Proposta n.º 224/GAP – Gabinete de Apoio ao Presidente, datada de 3 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, que o valor global anual referente ao ano de 2020 de apoio de materiais de construção, excluindo areão, para obras de conservação e manutenção, assim como para a utilização e fruição dos Autocarros da Câmara Municipal (artigo 5.º) e os pedidos de cartazes e flyers (artigo 6.º) para as atividades das freguesias seja de 60.000,00 € (sessenta mil euros), com a seguinte distribuição pelas freguesias:

- a) Oliveira do Bairro – 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros),
- b) Oia – 18.000,00 € (dezoito mil euros),
- c) Palhaça – 9.000,00 € (nove mil euros)
- d) União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa – 18.500,00 € (dezoito mil e quinhentos euros).

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA – COMISSÃO MUNICIPAL DE REVISÃO DO PROJETO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão Municipal responsável pela revisão de Projetos no âmbito do Código dos Contratos Públicos nos exatos termos exarados na Informação/Proposta apresentada pela Comissão Municipal de Revisão de Projeto, datada de 6 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA – COMISSÃO DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS A BOLSAS DE ESTUDO E OUTROS APOIOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E OUTROS APOIOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2019/2020.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Rui Santos.

A **Vereadora Lília Ana Águas** disse tratar-se da atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior, sendo a educação um dos pilares base daquilo que era o trabalho do atual Executivo, a presente proposta de atribuição de subsídio cruzava a ação social com a educação sendo nesse sentido que a presente proposta vinha muito largamente, além daquilo que o Regulamento previa. ... Esclareceu que ao nível da licenciatura, a proposta apresentada ia no sentido de apoiar nove bolseiros, o que ia para além dos estipulado no Regulamento, contudo todos os nove candidatos reuniam as condições para atribuição da bolsa, tendo sido decisão do Executivo atribuir as nove



Oliveira do Bairro câmara municipal

bolsas de estudo e não apenas as cinco estipuladas na Regulamento.

Relativamente às exclusões as mesmas estavam devidamente explicadas na informação enviada aos Vereadores.

Recordou que no ano anterior o valor atribuído para bolsas de estudo tinha sido de quarenta e seis mil euros e no presente ano o valor era de oitenta e seis mil euros demonstrando assim aquilo que eram os compromissos e o trabalho do Executivo.

O **Vereador Álvaro Ferreira** valorizou o facto de se ter ido mais longe na atribuição de bolsas para o grau de licenciatura, sendo um claro sinal e uma clara aposta daquilo que eram os anseios dos estudantes do Concelho e no apoio social aos mesmos.

Reforçou o facto de esses estudantes poderem fazer trabalhos sobre o Concelho, obviamente dentro das suas áreas de estudo, sendo uma forma de os mesmos conseguirem justificar o apoio que a Câmara Municipal lhes dá, dando em contrapartida mecanismos para melhor conhecer o Concelho..

O **Vereador Rui Santos** questionou se a divulgação de atribuição de bolsas por parte do Município era feita junto dos alunos do Concelho, por exemplo no 12.º ano.

Deu nota que ao consultar o Regulamento verificou que havia a necessidade de limar alguns pontos do mesmo, sugerindo que se fizesse uma alteração ao mesmo, nomeadamente no que diz respeito aos critérios de candidatura, porque para si a média de 12 valores era baixa, devendo ser mais exigentes, contudo era a sua opinião pessoal.

Referiu que a participação dos bolseiros nas atividades do Concelho, nomeadamente sociais e associativas, deveriam ser premiadas e um critério de avaliação, sendo essas pequenas medidas que podem fazer a diferença no tecido associativo, que todos sabem atravessa dificuldades ao nível de dirigentes associativos e relembrando assim aos mesmos que, não se afastem da terra de onde nasceram e do Município que os apoia e os ajuda na formação, dando a sua contrapartida ao Município.

Mais disse que, os trabalhadores estudantes poderiam ser penalizados perante o Regulamento, porque têm o seu rendimento o que para si não era justo, questionando se haveria forma de poder contornar essa questão.

A **Vereadora Lília Ana Águas** esclareceu que os critérios de cálculo para admissão da bolsa, tinham a ver com o rendimento familiar, logo se for um trabalhador estudante cujo valor que auferir for incluído, como deveria ser, no rendimento familiar tudo era incluído no cálculo, não achando que o estudante fique prejudicado, porque para si até era salutar que os estudantes pudessem estudar e trabalhar em simultâneo e até meritório.

Recordou que o Regulamento que tinha sido alterado, aprovado em reunião de Câmara, quando subiu à Assembleia Municipal, por sugestão da Bancada do UPOB o mesmo foi retirado porque não fazia distinção quanto aos Mestrados integrados e de segundo ciclo, o que implicou a exclusão de uma



Oliveira do Bairro câmara municipal

candidata. Acrescentou que aquilo que estava desfasado no atual Regulamento já estava previsto no novo Regulamento que aguardava aprovação da Assembleia Municipal.

O **Vereador Rui Santos** disse que tinha a liberdade de pensar pela sua cabeça e não pela cabeça de mais ninguém.

O **Vereador António Mota** disse que, poderia haver uma decisão política, proposta pelo Presidente da Câmara ou pela Vereadora, relativamente à questão dos trabalhadores estudantes e quanto à candidata que tinha sido excluída também poderia ter havido uma decisão política quanto a essa situação, uma vez que o Regulamento estava à espera de aprovação por parte da Assembleia Municipal.

A **Vereadora Lília Ana Águas** dirigindo-se ao Vereador Rui Santos esclareceu que em momento algum pretendeu dizer que o mesmo não pensava pela sua cabeça, apenas tinha ficado admirada que o mesmo não tivesse conhecimento de que tinha havido um Regulamento aprovado em reunião de Câmara, com as alterações referidas pelo Vereador Rui Santos, contudo tinha sido retirado em Assembleia Municipal estando a aguardar nova votação, ou seja o documento já existia.
Quanto aos critérios, afirmou que uma coisa eram as decisões políticas e coisa diferente era o cumprimento da lei e essa não poderiam contornar.

Relativamente à contrapartida dos estudantes para o Município, referiu que a proposta apresentada tratava de atribuição de novas bolsas, renovações de bolsas e bolsas de mestrado e com as renovações de bolsas era demonstrado que havia um reconhecimento por parte da Câmara Municipal, muito embora estivesse previsto no Regulamento que fosse feito um trabalho de voluntariado pelos estudantes, no Concelho.

Recordou que já tinha vindo à Câmara Municipal, o Regulamento dos Estágios Profissionais que iria fazer com que houvesse um fio condutor entre o apoio concedido, pela Câmara Municipal aos estudantes, que vinha desde o seu início de escolaridade, e o mesmo não terminasse com a conclusão da faculdade, mas que tenha continuidade através dos estágios profissionais que poderão fazer no Concelho e, entretanto, poderão ser integradas nas entidades públicas ou nas empresas privadas do Concelho.

Deu nota que tem havido um aumento de candidaturas o que demonstrava o interesse dos estudantes no Município e nas medidas, sendo um sinal da divulgação que tem vindo a ser feita.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade o seguinte:

1.º - Atribuir e renovar, as Bolsas de Estudo aos Candidatos nos termos da Informação da Comissão de Análise das Candidaturas a Bolsas de Estudo e Outros Apoios aos Alunos do Ensino Superior, datada de 6 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar as exclusões propostas na sobredita Informação.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 12 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 1.2020|DOM – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS - EXECUÇÃO DE PASSEIOS NA RUA DA CAPELA EM RÊGO – OIÃ - «ÁREAS A CEDER»......

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores Rui Santos e António Mota.

O Vice-Presidente da Câmara esclareceu que se pretendia efetuar passeios na rua da Capela do Rêgo e o que era trazido à votação era o mapa de cedências de forma a validar as mesmas.

O Vereador Rui Santos questionou se as cedências era a título gracioso e se assim fosse questionou se não deveria estar explicito no contrato.

O Vereador António Mota referiu que não era referido que trabalhos iriam ser realizados, colocando algumas questões técnicas sobre o projeto.

Disse que o valor apresentado era muito abaixo, do que era necessário para executar a obra em questão, questionando que trabalhos estavam englobados no valor apresentado, porque certamente não seria todo o trabalho necessário executar.

O Vice-Presidente da Câmara informou que as cedências eram gratuitas por parte dos proprietários. Respondeu às questões técnicas colocadas pelo Vereador António Mota e que o valor apresentado, apenas era o custo do pavê e da sua aplicação.

O Vereador António Mota referiu que este tipo de obras, eram realizadas em cima do joelho, porque não estavam devidamente quantificadas e também não era de bom tom que não estivessem devidamente especificadas as obrigações da Câmara perante os proprietários, relativamente às áreas cedidas. Disse não acreditar que todos os proprietários em causa, não tivessem questionado das contrapartidas pela cedência dos terrenos.

Questionou qual tinha sido o acordo que a Câmara tinha feito com os proprietários para as cedências em questão.

O Vereador Rui Santos esclareceu que no seu entendimento o que estava em deliberação eram as cedências e nesse sentido iria deliberar apenas relativamente à questão das cedências porque não tinha informação suficiente para se pronunciar relativamente aos custos ou ao projeto.

O Vereador António Mota alertou que houvesse mais cuidado nas informações prestadas, porque também entendia que se estava a deliberar sobre as cedências, contudo como na informação vem mais informação nomeadamente no que diz respeito aos custos, acha que de deve pronunciar sobre isso também.

Reiterou que as contrapartidas das cedências, também deveriam vir especificadas.

Alertou que iria estar atento ao processo, pois pretendia saber qual o verdadeiro custo da obra em questão, para poder demonstrar que o que estava explanado na informação não correspondia à verdade, relativamente aos custos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O Vice-Presidente da Câmara confirmou que o que estava em aprovação era o mapa de cedências e informou que o pavê iria ser colocado com suporte de lancil e o valor referido na informação era destinado à execução do passeio.

O **Vereador António Mota** disse que não poderia votar em algo que não correspondia à verdade, contudo iria votar pelos proprietários de forma a que os mesmos possam regularizar as situações nas finanças e nos registos, porque havia situações de cedência de cerca de duzentos metros, o que era significativo.

O **Vereador Rui Santos** informou que iria votar favoravelmente, porque tinha o cuidado de questionar se se tratava de cedências gratuitas e as mesmas estavam bem documentadas. Quanto ao valor apresentado, concorda que não deveria acompanhar a proposta de deliberação uma vez que nada tem a ver com as cedências que era o que se estava a tratar.

O Vice-Presidente da Câmara reforçou que o que estava em votação era o mapa de cedências gratuitas, como foi apresentado e que o passeio iria ser executado com apoio de lancil não sabendo informar se os muros iriam ser executados.

O **Vereador António Mota** referiu que os técnicos estavam presentes na reunião o Vice-Presidente da Câmara se estava com dúvidas deveria questionar os técnicos para que o esclarecessem.

O Vice-Presidente da Câmara solicitou à técnica da Câmara Municipal Eng.^a Patrícia Cunha, que prestasse os esclarecimentos solicitados, que o fez prontamente.

A **Vereadora Lília Ana Águas** disse que após ter lido a informação enviada e com a discussão e os argumentos apresentados pelos Vereadores, relativamente ao assunto em análise, se tinha questionado se tinha percebido o que efetivamente tinha lido na informação. Deu nota que após nova leitura, verificou que na informação não eram referidos muros, mas sim em passeios numa área de trezentos metros.

Referiu que no seu entendimento iriam deliberar de acordo com a informação técnica, que explicava a necessidade das cedências, a obra já executada, o que estava ainda por realizar e o respetivo valor estimado para a execução dos trabalhos.

O **Vereador António Mota** disse que confirmava que este era um processo realizado em cima do joelho, porque nem a Chefe de Divisão conseguia dar uma informação completa aos Vereadores de forma a permitir uma deliberação correta.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, o seguinte:

1.º - Aprovar o mapa de áreas a ceder ao domínio público do Município de Oliveira do Bairro a título definitivo, nos exatos termos exarados na Informação Técnica 1.2020|DOM, datada de 3 de janeiro de 2020, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a minuta de Contrato de Cedência a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e



Oliveira do Bairro câmara municipal

os respetivos proprietários das áreas a ceder, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, informando que os Vereadores do PSD se tinham absterido na votação do ponto, por entenderem que deveria constar na informação as benfeitorias ou contrapartidas a efetuar aos proprietários, considerando as áreas a ceder, nomeadamente algumas questões de muros de vedações existentes ou a construir.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 2.2020|DOM – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS - EXECUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA PALHAÇA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Rui Santos e António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara** deu nota que o anteprojeto já tinha estado em aprovação em reunião de Câmara e o que estava a ser analisado na presente data eram os projetos de execução.....

O **Vereador Rui Santos** relativamente à documentação enviada, referiu que não foi tudo o que era referido na informação.

Quanto à deliberação disse que não tinha nada a opor, tendo tido o cuidado de se informar da forma como tinham evoluído os projetos, e também do levantamento de deficiências existentes nos Centro de Saúde de Oliveira do Bairro que foram transmitidas à equipa projetista, esperando que as mesmas não sejam repetidas nas novas Unidades de Saúde.....

O **Vereador António Mota** questionou se já havia algum dado novo, relativamente à disponibilidade de participação da obra.

Regozizou-se pela execução da obra, apesar de ter havido alguma diferença entre o inicialmente previsto e o que ia a concurso, esperando que não aconteça o que tinha acontecido no centro de Saúde de Oliveira do Bairro.

O **Vice-Presidente da Câmara** em resposta à questão do Vereador António Mota, informou que não havia mais nenhuma informação disponível a acrescentar, mantendo-se as informações prestadas em reuniões anteriores.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da Informação Técnica 02.2020|DOM datada de 6 de janeiro de 2020, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte;

1.º - Proceder à Abertura de Concurso Público, para a Execução da Unidade de Saúde Familiar da Palhaça, pelo preço base de 826.000,00 € (oitocentos e vinte seis mil euros) + IVA;.....

2.º - Aprovar o projeto de execução e demais peças do procedimento em anexo à Informação Técnica 02.2020|DOM, que dela fazem parte integrante;

3.º - Designar como Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua



Oliveira do Bairro câmara municipal

execução, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Eng.º Gustavo Pelichos;
4.º - Designar os elementos do Júri do Procedimento, conforme proposto na sobredita Informação Técnica.
5.º - Delegar no Júri do Procedimento, a competência para a prestação de esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre a lista de erros e omissões identificadas, se aplicável, bem como a realização de audiência prévia, ao abrigo e nos termos do n.º 1 do artigo 109.º conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º do CCP.....

PONTO 14 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 3.2020|DOM – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS - EXECUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BTM.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores Rui Santos e António Mota.

O **Vice-Presidente da Câmara** deu nota que o presente ponto à semelhança do anterior, seria para apresentar os projetos de execução, contudo no presente projeto não tinha sido feito o anteprojecto porque não tinha sido ainda candidatado.

Afirmou que a diferença de valores entre os dois projetos, apenas tinham a ver com a localização e de trabalhos adicionais nos terrenos, porque em tudo o resto eram semelhantes.

O **Vereador António Mota** questionou quanto à localização da implantação da Unidade de Saúde e a quantos metros ficava do corredor de alta tensão.

O **Vice-Presidente da Câmara** informou que iria ficar localizada entre a Caneira e o Sobreiro, quanto à distância do corredor de alta tensão, distribuiu informação com os mapas onde se poderia verificar essa situação.....

O **Vereador António Mota** disse que para si o terreno onde iria ser implementada a Unidade de Saúde Familiar da União de Freguesias, tocar numa zona de passagem de alta tensão, que vai estar submetido à zoeira constante, que se sente a muitos metros de distância da passagem de linhas alta tensão e considerando o corredor de proteção à área, definida em PDM, era um erro de localização do mais extremo possível.

Afirmou que colocar um edifício do género, numa área de proteção de uma linha de alta tensão, não tinha sido nada de bom gosto.

O **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que este tipo de projetos, não eram fáceis de enviar por mail aos Vereadores face à dimensão dos mesmos, contudo os mesmos estão sempre disponíveis para consulta.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da Informação Técnica n.º 03.2020|DOM datada de 6 de janeiro de 2020, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte;



Oliveira do Bairro câmara municipal

- 1.º - Proceder à Abertura de Concurso Público, para a Execução da Unidade de Saúde Familiar da Palhaça, pelo preço base de 958.000,00 € (novecentos e cinquenta e oito mil euros) + IVA;
- 2.º - Aprovar o projeto de execução e demais peças do procedimento em anexo à Informação Técnica 3.2020|DOM, que dela fazem parte integrante;
- 3.º - Designar como Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Eng.º Gustavo Pelichos;
- 4.º - Designar os elementos do Júri do Procedimento, conforme proposto na sobredita Informação Técnica.
- 5.º - Delegar no Júri do Procedimento, a competência para a prestação de esclarecimentos solicitados, e pronunciar-se sobre a lista de erros e omissões identificadas, se aplicável, bem como a realização de audiência prévia, ao abrigo e nos termos do n.º 1 do artigo 109.º conjugado com o n.º 2 do artigo 69.º do CCP

PONTO 15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 36/2019 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – MINUTA DE CONTRATO – PARA RATIFICAÇÃO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 2 de janeiro de 2020, em que aprovou a alteração da cláusula 9.ª da Minuta de Contrato-Programa realizado com as Associações, nos exatos termos exarados na Informação/Proposta n.º 36/2019 apresentada pelo Oficial Público, datada de 30 de dezembro de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 16 – E-MAIL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE UM PORTA ESTANDARTE PARA A CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS, NO DIA 04 DE JANEIRO DE 2020 – PARA RATIFICAÇÃO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Presidente da Câmara datado de 30 de dezembro de 2019, em que autorizou a cedência de um porta estandarte à Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, no dia 04 de janeiro de 2020, para apoio à realização da cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos sociais da instituição.

PONTO 17 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 140/2019 – DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO, NO DIA 12 DE JANEIRO DE 2020, PARA A REALIZAÇÃO DE UM ESPETÁCULO “UMA HISTÓRIA DAS ARÁBIAS” PARA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA AS OBRAS DA IGREJA



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Fábrica da Igreja Paroquial de Freguesia de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 12 de janeiro de 2020, para efeitos da realização de um espetáculo de dança “*Uma História das Árábias*”, para angariação de fundos para as obras da Igreja Matriz.

PONTO 18 – REQUERIMENTO DO CÍRCULO DE CULTURA MUSICAL DA BARRADA, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO, NO DIA 7 DE MARÇO DE 2020 PARA REALIZAÇÃO DE UM CONCERTO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Circulo de Cultura Musical da Bairrada, do Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 7 de março de 2020, para efeitos da realização de um concerto musical.

PONTO 19 – E-MAIL DE MANUEL JORGE – REPRESENTANTE DA ARCCDS VILAVERDENSE, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2020, PARA A REALIZAÇÃO DE ALMOÇO PARA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação”, no dia 16 de fevereiro, à ARCCDS Vilaverdense, para efeitos de realização de almoço de angariação de fundos para a Associação.

Foi solicitada a palavra pela Vereadora Lília Ana Águas, para defesa da sua honra, tendo-lhe sido concedida;

A **Vereadora Lília Ana Águas** em defesa da sua honra e relativamente às palavras que lhe tinham sido dirigidas pelo Vereador António Mota, aquando da discussão do ponto 6 da Ordem de Trabalhos, disse que tinha sido acusada de pretensiosa porque a informação proposta que tinha vindo à reunião de Câmara, estava assinada por si.....

Deu nota que todas as informações propostas das anteriores Vereadoras, tinham sido subscritas por elas mesmas e por isso não sabia se pretensiosa seria a palavra certa para a conotar a si e às anteriores Vereadoras, ou se o Vereador António Mota pretendia manter o termo que tinha utilizado apenas para a conotar a si própria.

O **Vereador António Mota** disse que era muito mau ir buscar exemplos dos outros, quando se entendia que os mesmos eram errados, devendo por isso ser diferentes e era aí que se via a personalidade. Referiu que não se podia invocar posturas tidas por ex Vereadores para justificar a nossa.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 8 de janeiro do ano de 2020, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.573.582 Euros e 51 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 761.280 Euros e 80 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.334.863 Euros e 31 Cêntimos
.....
.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

Jorge Ferreira Pato

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins



Oliveira do Bairro câmara municipal

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos